



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO - DRS
PROCESSO SELETIVO / Edital n.º 62/97 - DRS/ANP-PPF
Cargo: PAPILOSCOPISTA POLICIAL FEDERAL

INSTRUÇÕES

1. Este CADERNO consta de cinquenta questões objetivas, assim distribuídas: Língua Portuguesa - oito questões; Noções Básicas de Direito Constitucional - treze questões; Noções Básicas de Direito Penal - oito questões; Noções Básicas de Direito Processual Penal - oito questões; Noções Básicas de Direito Administrativo - oito questões; e Noções Básicas de Microinformática - cinco questões.
2. Caso este CADERNO esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
3. Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item respondido erradamente acarretará apenação, conforme cc no Edital n.º 62/97 - DRS/ANP-PPF, de 5/9/97.
4. Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, réguas, calculadoras ou qualquer outro material.
5. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve levantar-se nem comunicar-se com outros(as) candidatos(as).
6. A duração das provas é de quatro horas, já incluído o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer das provas - e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
7. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções, na FOLHA DE RASCUNHO e/ou na FOLHA DE RESPOSTAS poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).

AGENDA

- | | | | |
|------|---------------|---|--|
| I. | 18/11/97 | - | divulgação dos gabaritos das provas objetivas nos quadros de avisos da ANP e CESPE/UnB e nas Superintendências Regionais da Polícia Federal das capitais das Unidades da Federação. |
| II. | 19 e 20/11/97 | - | entrega de recursos das provas objetivas no Setor de Atendimento ao Candidato - CESPE/UnB (em Brasília) e nas Superintendências Regionais da Polícia Federal das capitais das Unidades da Federação. |
| III. | 12/12/97 | - | data provável da publicação (após a apreciação de eventuais recursos), no DOU e nos locais referidos no item II, dos resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva. |
| IV. | 15 e 16/12/97 | - | entrega de recursos da prova discursiva nos locais referidos no item II. |

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido nos itens de 57 a 59 do título DA PRIMEIRA ETAPA das Instruções ao Candidato.
- Em nenhuma hipótese o CESPE e a ANP e/ou seus órgãos informarão resultado por telefone.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPf
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO - DRS
PROCESSO SELETIVO / Edital n.º 62/97 - DRS/ANP-PPF
PAPILOSCOPISTA POLICIAL FEDERAL

Nas questões de 1 a 50, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens CERTOS, na coluna C;
itens ERRADOS, na coluna E.

Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 3.

Polícia.

O primeiro elemento de avaliação dos corpos de Polícia está na análise do tipo de recrutamento adotado. Os corpos que recrutam o seu pessoal em todo o território nacional podem realmente organizar-se de forma que contem com unidades e grupos constituídos por elementos providos de regiões diferentes das regiões de operações: o emprego de corpos de Polícia contra populações que não possuem vínculos sociais, econômicos e culturais com eles foi sempre a melhor solução para uma política repressiva antipopular. Daí o envio do pessoal de Polícia para regiões distantes da região de origem com um duplo resultado, o do isolamento social e cultural com relação às populações controladas e o do conseqüente afeto psicológico ao corpo a que se pertence e às suas estruturas. Os corpos de Polícia que têm um recrutamento circunscrito à zona de controle (por exemplo, os guardas urbanos alistados pelas comunas onde se encontram trabalhando) não se prestam diretamente a ações antipopulares e repressivas pelos ligames sociais e políticos que existem entre seus componentes e as populações controladas. Sua utilização fica, pois, restrita ao desempenho de funções de Polícia urbana, rural etc., em tarefas que não apresentam um imediato aspecto político e que envolvem mormente a defesa da segurança pública em sentido lato e não tanto a ordem pública. O segundo elemento de avaliação dos corpos de Polícia está no seu grau de especialização funcional e na correspondência deste com a estrutura orgânica dos corpos. A especialização da Polícia de estradas, por exemplo, é um elemento positivo para a explicação do controle do trânsito e da rede rodoviária; o mesmo se pode dizer da Polícia científica, onde o funcionamento dos corpos apresenta aspectos substancialmente positivos. Onde, pelo contrário, a especialização não se acha acompanhada de uma estrutura organizacional apropriada, as funções de Polícia apresentam problemas que não podem ser desprezados.

Norberto Bobbio et al. Dicionário de política. Brasília, Editora da UnB, p. 946-7, 1995 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Obra de consulta necessária quando se quer aprofundar os conhecimentos acerca de um assunto, um dicionário especializado caracteriza-se, primordialmente, por apresentar as informações em linguagem clara, objetiva, sequencialmente coerente e em ordem direta. Considerando a tipologia textual do verbete acima, julgue os itens a seguir.

- ① A linguagem do texto é predominantemente denotativa, devido à tipologia do parágrafo, de natureza argumentativa.
- ② Apesar de transcrito em um único bloco formal, o verbete admite uma subdivisão em partes menores, segundo as idéias expostas, conforme indicação a seguir: **introdução** – apresentação do assunto; **avaliação** versus tipo de recrutamento (f.1); **desenvolvimento** – recrutamento versus atuação (f.1-12); **conclusão** – avaliação versus grau de especialização (f.12-17).
- ③ Com referência ao primeiro aspecto abordado no verbete, verifica-se muita exemplificação e pouca argumentação; já quanto ao segundo elemento de avaliação, dá-se o contrário: rara exemplificação e argumentação suficiente.
- ④ Durante o desenvolvimento do verbete, observa-se uma posição desfavorável à seleção circunscrita à zona de atuação, para que seja possível a expansão da atuação repressiva dos corpos de Polícia.
- ⑤ A análise do “segundo elemento de avaliação dos corpos de Polícia” (f.12-17) contempla uma valorização positiva da especialização, em detrimento da estrutura organizacional apropriada.

Evidenciando a leitura compreensiva do texto quanto às relações entre a forma de recrutamento da Polícia e a comunidade, julgue os itens abaixo.

- ① O recrutamento em todo o território nacional favorece ações mais amplas, devido à diversidade de origem dos componentes das corporações.
- ② Segundo o texto, convém que as ações repressivas contra as populações desordeiras sejam executadas por pessoas que conheçam bem a realidade social em que atuam.
- ③ As atividades repressivas da polícia, quando os agentes ficam em comunidades com as quais têm vínculos afetivos, sociais e políticos, são desviadas para outras áreas de atuação, mormente a segurança pública.
- ④ Os corpos de polícia selecionados de maneira circunscrita à zona de controle têm sua atuação primordial restrita a tarefas que não apresentam aspectos políticos, como a defesa dos bens pessoais, por exemplo.
- ⑤ Segundo o texto, a atuação policial em áreas de alta periculosidade, como as zonas urbanas, por exemplo, propicia que guardas alistados tornem-se marginais.

QUESTÃO 3

Tendo em vista o tipo de publicação de onde o verbete foi retirado, julgue os itens que se seguem, com referência ao valor semântico de termos ou expressões utilizados no texto.

- ① Entre os diversos fatores de avaliação possíveis de serem utilizados para os corpos de polícia, o texto explora somente dois: a forma de recrutamento e a quantidade de estudos específicos ao cargo.
- ② Há dois tipos de recrutamento explicitados no texto: o individual e o coletivo, que correspondem ao recrutamento local e nacional, respectivamente.
- ③ O termo "comunas" (l.8) está empregado com o mesmo sentido que "populações" (l.4).
- ④ As expressões "especialização funcional" (l.12-13) e "estrutura orgânica dos corpos" (l.13) significam, respectivamente, **qualificação para o exercício da função e sistema hierárquico das corporações.**
- ⑤ No último período do texto, lê-se que não podem ser desconsiderados os impasses decorrentes da inexistência, nas atividades de Polícia, da associação entre o treinamento específico para o exercício da função e a estrutura sistêmica adequada ao organismo.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 4 a 6.

BRASILEIRO CEM-MILHÕES

Telefonei para a maternidade indagando se havia nascido o bebê n.º 100.000.000, e não souberam informar-me: – De zero hora até este momento nasceram oito, mas nenhum foi etiquetado com esse número.

É uma falha do nosso registro civil: as crianças não recebem números ao nascer. Dão-lhes apenas um nome, às vezes surrealista, que as acompanhará por toda a vida como pesadelo, quando a numeração pura e simples viria garantir identidade insofismável, poupando ainda o vexame de carregar certos antropônimos. Centenas de milhares nascem João ou José, m o homem ou a mulher 25.786.439 seria uma única pessoa viva, muito mais fácil de cadastrar no Imposto de Renda e nos mil outros fichários com que é policiada a nossa existência.

Passei por baixo do viaduto, onde costumam nascer filhos do vento, e reinava uma paz de latas enferrujadas e grama sem problemas. Ninguém nascera ali depois da meia-noite. O dia 21 de agosto, marcado para o advento do brasileiro cem-milhões, transcorria sem que sinal algum, na terra ou no ar, registrasse o acontecimento.

Seria vaidade irrisória proclamar-se ele o 100.000.000.º brasileiro, membro eufórico da geração dos 100 milhões, e saber-se apenas mais um marginalizado, que só por artifício de média ganha sua fatia no bolo do Produto Nacional Bruto.

Não o desejo herói de monumento nem mártir anônimo. Prefiro vê-lo como um ser capaz de fazer alguma coisa de normal numa sociedade razoavelmente suportável, em que a vida não seja obrigação estúpida, sem pausa para fruir a graça das coisas naturais e o que lhes acrescentou a imaginação humana.

Olho para esse brasileiro cem-milhões, nascido ontem ou por nascer daqui a algumas semanas, como se ele fosse meu neto... bisneto, talvez. Pois quando me dei conta de mim, isto aí era um país de 20 milhões de pessoas, diluídas num território quase só mistério, que aos poucos se foi desbravando, mantendo ainda bolsões de sombra. Vi crescer a terra e lutarem os homens, entre desajustes e sofrimentos. Os maiores que dirigiam o processo lá se foram todos. Vieram outros e outros, e encontro nesta geração um novo rosto de vida que se interroga. Há muita ingenuidade, também muita coragem, e os problemas se multiplicaram com o crescimento desordenado. Somos mais ricos... e também mais pobres.

Meu querido e desconhecido irmão n.º 100.000.000, onde quer que estejas nascendo, fica de olho no futuro, presta atenção nas coisas para que não façam de ti subproduto de consumo, e boa viagem pelo século XXI a dentro.

Comparando este texto com o anteriormente analisado, julgue os itens abaixo.

- ① Este texto expande uma situação apresentada no texto anterior: há um certo laço afetivo entre as pessoas, quando os indivíduos de uma comunidade são sensíveis aos ligames sociais e políticos.
- ② A multiplicidade de parágrafos, um dos quais introduzido por travessão, indica que este texto é, diferentemente do anterior, uma peça em que se dá a transposição da oralidade para a escrita.
- ③ O narrador deste texto, ao dizer "que é policiada a nossa existência" (l.7), revela sua crítica à atuação repressora da polícia – conforme apresentada no texto anterior –, mas o faz de forma emotiva.
- ④ Apesar da ausência de diálogo, todo este texto é uma grande conversa com o leitor e, ao final, com o brasileiro cem-milhões, que dá título à crônica.
- ⑤ Nas linhas 11 e 12, o autor traça uma previsão pessimista, de base econômica e social, para o esperado brasileiro cem-milhões.

QUESTÃO 5

Com base nos recursos estilísticos utilizados no texto, julgue os itens a seguir.

- ① Quando se refere ao fato de as crianças, ao nascerem, receberem um nome, "às vezes surrealista, que as acompanhará por toda a vida como pesadelo" (l.3-4), o autor está carregando sua linguagem de traços exagerados, hiperbólicos.
- ② No terceiro parágrafo, ao afirmar que "milhares nascem João ou José" e que se números fossem usados seria "mais fácil de cadastrar no Imposto de Renda", o autor está se valendo da ironia como recurso estilístico.
- ③ A imagem apresentada nas linhas 8 e 9, essencialmente poética, traduz uma crítica à estrutura social de classes díspares, que marginaliza os cidadãos desprovidos de bens.
- ④ Há uma situação antitética subjacente em "Não o desejo herói de monumento nem mártir anônimo." (l.13).
- ⑤ Nas linhas 20 e 21, aparece a caracterização da grande massa de brasileiros que vivem à margem do poder: ingênuos, corajosos e paradoxais.

QUESTÃO 6

lingua possibilita diferentes maneiras de se dizer a mesma coisa, com pequenas alterações morfosintáticas. Uma delas diz respeito à mudança da voz verbal, da ativa para a passiva, ou vice-versa. Julgue se as reescrituras que se seguem, feitas em voz passiva, mantêm o mesmo sentido das respectivas passagens no texto.

- ① "as crianças não recebem números ao nascer" (l.3) / **números não são atribuídos às crianças ao nascer**
- ② "a numeração pura e simples viria garantir identidade insofismável" (l.4-5) / **identidade insofismável viria ser garantida pela numeração pura e simples**
- ③ "fruir a graça das coisas naturais e o que lhes acrescentou a imaginação humana" (l.14-15) / **a fruição da graça pelas coisas naturais foi acrescentada ao prazer pela vida por conta da imaginação humana**
- ④ "território quase só mistério, que aos poucos se foi desbravando, mantendo ainda bolsões de sombra" (l.17-18) / **território quase só mistério, aos poucos foi sendo desbravado, mantendo ainda bolsões de sombra**
- ⑤ "Meu querido e desconhecido irmão n.º 100.000.000, onde quer que estejas nascendo, fica de olho no futuro, presta atenção nas coisas para que não façam de ti subproduto de consumo, e boa viagem pelo século XXI a dentro." (l.22-23) / **Onde quer que estejas por nascer, meu querido e desconhecido irmão n.º 100.000.000, olha bem o futuro, presta atenção nas coisas, para que não sejas feito um subproduto de consumo e viages bem pelo século XXI a dentro.**

Quanto ao uso correto da língua portuguesa, julgue os itens seguintes.

- ① Um cidadão, interessado no crescimento demográfico populacional, perguntando se já nascera o centésimo-milionésimo bebê brasileiro telefonou para a maternidade.
- ② A telefonista informou-lhe, hesitante, que até aquele momento haviam sido registrados oito nascimentos, mas que nenhum fora marcado com tão expressivo número.
- ③ Com a intensão de ser o primeiro a descobrir o brasileiro cem-milhões, foi realizado pelo narrador um passeio pelos arrabaldes citadinos: locais onde costumam nascer crianças inesperadas.
- ④ Transcorreu o dia 21 de agosto, data estipulada pelas estatísticas para o aparecimento no mundo do tal brasileiro, sem que o evento fosse registrado por qualquer pesquisa.
- ⑤ Todos os funcionários dos hospitais eram espectadores, na expectativa de divulgarem a notícia em primeira mão.

QUESTÃO 8

Uma reportagem a respeito das vantagens e desvantagens do porte de armas pelos cidadãos, publicada na revista *Veja* de 25 de setembro de 1996, p. 30 - 36, apresenta vários depoimentos de pessoas entrevistadas. Julgue os itens abaixo, com referência à adequação entre a compreensão das mensagens e as afirmativas acerca do porte de armas por civis, a elas relacionadas.

- ① **posição favorável:** "Em meio à onda de banditismo, o cidadão comum enfrenta o dilema: Devo ou não ter uma arma."
- ② **argumentação favorável:** "Os bandidos são covardes. Entre uma vítima potencial que esteja armada e outra desarmada, ele opta pela última."
- ③ **posição dubitativa:** "A posse de armas estimula a violência e torna as pessoas mais agressivas."
- ④ **argumentação contrária:** "Num confronto, o bandido - que está disposto a tudo e acostumado a atirar - tem muito mais chances de levar a melhor."
- ⑤ **argumentação desfavorável:** "Querer que o cidadão honesto se desarme é deixá-lo à mercê dos bandidos, que continuarão armados."

NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 9

Acerca das normas constitucionais, julgue os itens seguintes.

- ① A rigidez das normas constitucionais decorre dos mecanismos diferenciados, previstos para sua modificação, em relação aos das demais normas jurídicas.
- ② Considera-se que a constituição encontra-se no nível mais importante do ordenamento jurídico e dá validade a todas as normas; exatamente por isso, a norma infraconstitucional que contravir à constituição deverá ser privada de efeitos.
- ③ Apenas as normas das constituições escritas possuem supremacia.
- ④ A Constituição brasileira em vigor é flexível, em razão da grande quantidade de temas que disciplina.
- ⑤ O regime jurídico brasileiro não aceita o princípio da supremacia da Constituição.

QUESTÃO 10

O poder constituinte

- ① originário está sujeito, juridicamente, a limitações oriundas das normas subsistentes da ordem constitucional anterior.
- ② derivado está sujeito, do ponto de vista do direito interno, a certas limitações, cuja observância pode ser aferida por meio do controle de constitucionalidade.
- ③ instituído não pode produzir emenda constitucional na vigência de intervenção federal.
- ④ derivado não pode abolir nenhum direito previsto na Constituição de 1988.
- ⑤ originário condicionou a aprovação de emendas constitucionais a um determinado quórum especial e à sanção do Presidente da República; faltando um desses requisitos, a proposta de emenda não entrará em vigor.

Controle de constitucionalidade

- ① pode ser preventivo ou repressivo, no Brasil.
- ② pode ser concentrado ou difuso, no Brasil.
- ③ na modalidade difusa, quando assim admitido pelo ordenamento jurídico de um país, significa a possibilidade de que qualquer juiz, em qualquer grau de jurisdição, reconheça a inconstitucionalidade de uma norma jurídica necessária à solução de um conflito e, em consequência, deixe de aplicá-la ao caso concreto.
- ④ exercido, no Brasil, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) produz sempre efeito contra todos (*erga omnes*), inclusive contra aqueles, portanto, que não foram parte no processo gerador da declaração de inconstitucionalidade.
- ⑤ é tarefa exclusiva do Poder Judiciário, no Brasil.

QUESTÃO 12

À luz das normas constitucionais acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- ① Sabendo que o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União (RJU) estabelece os deveres do servidor público e as sanções aplicáveis em caso de inobservância deles, a saber: advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo ou função comissionada, e supondo que o Presidente da República, no exercício do poder regulamentar de que dispõe como chefe da administração pública federal, resolva criar mais uma modalidade de sanção: a disponibilidade sem remuneração, é correto afirmar que ele poderia fazê-lo sem afronta à Constituição, desde que baixasse o competente decreto.
- ② A Constituição estabelece que os direitos e garantias fundamentais nela previstos têm seu gozo sujeito à regulamentação, por lei, de cada um deles.
- ③ No interesse da investigação criminal, a Constituição admite que o preso fique incomunicável por um prazo razoável, até que seja interrogado, somente após o que terá amplo direito de se entrevistar com seu advogado.
- ④ A Constituição prevê que ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança. No entanto, o cidadão pode ser recolhido à prisão, em certos casos, antes mesmo de ser condenado por sentença criminal transitada em julgado.
- ⑤ Considere a seguinte situação: Carlos é adepto radical de um movimento pacifista-anárquico, sendo, por isso, visceralmente contrário até à existência do Estado. Não concorda, também, pela mesma razão, com a imposição compulsória de nenhum dever jurídico às pessoas, como o pagamento de impostos, o serviço militar obrigatório e as prestações alternativas previstas na lei em lugar deste. Carlos, por sua atitude, refugiou-se com a família em uma praia distante. Conforme a situação apresentada, se mantiver a recusa ao cumprimento das obrigações a todos impostas e das prestações alternativas previstas em lei, Carlos poderá ser privado de direitos, mesmo estando fundamentado em convicções filosóficas e políticas.

QUESTÃO 13

Imagine que os meios de comunicação hajam realizado ampla cobertura jornalística acerca de Guilherme, cidadão brasileiro suspeito de haver posto um artefato explosivo em um avião de carreira, apontando-o como efetivo responsável pelo ato que causou o pouso forçado da aeronave, com lesões corporais em dezenas de passageiros e duas mortes. Todas as notícias basearam-se nas apaixonadas declarações que Luis, Delegado de Polícia Federal, fez em público, afirmando sua convicção pessoal quanto à culpabilidade de Guilherme, em razão dos indícios de que dispunha até aquele momento. Guilherme, devido ao intenso burburinho que se formou em torno de sua pessoa, entrou em depressão, foi demitido e seus filhos sofreram o repúdio dos colegas de escola. Alguns meses depois, quando a imprensa já deixara de comentar o assunto, o inquérito policial chegou a termo e o delegado responsável, Luis, apontou como verdadeiro culpado, no relatório final, Antônio, outro passageiro do avião, que, aliás, confessou o crime. Antônio foi denunciado pelo Ministério Público Federal e acabou condenado pelo delito. Tendo em conta a situação acima e as normas constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

- ① Não caberia indenização a Guilherme, por parte dos meios de comunicação, porquanto a Constituição consagra a liberdade de manifestação do pensamento.
- ② Uma vez que a autoridade policial responsável pela investigação formasse sua íntima convicção acerca da culpabilidade de Guilherme, caberia a este provar a própria inocência.
- ③ Se Antônio, no processo penal, se recusasse, perante a autoridade judicial, a fazer qualquer declaração, seu silêncio deporia contra si e poderia redundar em condenação.
- ④ Sabendo que a competência para julgar o crime é, em princípio, da Justiça Federal, nenhuma nulidade haveria se Antônio fosse denunciado, processado e condenado pela Justiça Comum, desde que, nesta, lhe fosse facultado o pleno exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- ⑤ Se ficasse provado somente depois de ser condenado e ter cumprido a pena, que, na realidade, Antônio não fora responsável pelo delito, ele poderia pleitear indenização do Estado pela prisão decorrente de erro judiciário.

PROCURADOR PEDE EXPLICAÇÃO

Laudos levantam dúvidas quanto à culpa do professor

São Paulo – O Procurador da República Pedro Barbosa afirmou ontem que não vai denunciar o professor Leonardo Teodoro de Castro, acusado pela Polícia Federal como autor do atentado à bomba no avião da TAM, enquanto não forem esclarecidas as divergências existentes nos dois laudos anexados ao inquérito sobre o caso. Ele disse que o Ministério Público Federal vai chamar os peritos para que eles expliquem os laudos ou então vai requerer investigações complementares, que poderiam ser condensadas num novo laudo. As dúvidas foram levantadas pelo diretor do Instituto de Criminalística (IC) da Polícia Civil de São Paulo, Osvaldo Negrini.

Jornal do Brasil, p. 5, 12/9/97

Em face da situação apresentada e considerando as normas constitucionais que dispõem acerca dos direitos fundamentais, julgue os seguintes itens.

- ① Casos como o referido no trecho do jornal (atentado à bomba contra avião), considerados como terrorismo, são passíveis de pena de morte, segundo exceção prevista na Constituição.
- ② Caso o Procurador da República recebesse da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal o inquérito concluído e se quedasse inerte, nada fazendo no prazo legal, caberia ação penal movida por qualquer cidadão, ainda que o crime fosse de ação penal de iniciativa pública.
- ③ Se o Procurador da República oferecesse denúncia contra o suspeito apontado pelo inquérito policial e aquela fosse recebida – dando início, assim, ao processo da ação penal –, caberia ao juiz competente determinar a imediata inscrição do nome do denunciado no chamado rol dos culpados.
- ④ Considere a seguinte situação: Cláudio, um agente de Polícia Federal, obteve informação de que o suspeito, em liberdade, estaria preparando um novo atentado. Em razão disso e para evitar qualquer demora, Cláudio realizou uma escuta não-autorizada no telefone do suspeito, conseguindo fatos elementos de sua culpabilidade, tanto do atentado anterior quanto dos planos do segundo. Nada obstante, o suspeito consegue levar seu plano adiante e derruba um novo avião. Conforme a situação apresentada, é correto afirmar que Cláudio não poderá utilizar as gravações que fez para instruir a ação penal decorrente do inquérito – até porque, se o fizer, poderá provocar a anulação de todo o processo.
- ⑤ Considere a seguinte situação: O suspeito de um crime do mesmo tipo do que foi objeto da notícia jornalística causou a queda de um avião, acarretando a morte de centenas de passageiros. Ele perdeu o voo e foi preso. Na carceragem do DPF, foi posto em uma cela coletiva, vindo a sofrer grave espancamento por parte dos demais presos, revoltados com a maldade daquele ato. Na situação apresentada, o suspeito poderia processar a União pelo desrespeito à sua integridade física e, dependendo da situação, os policiais responsáveis por ela.

QUESTÃO 15

Levando em conta as normas constitucionais acerca do Poder Legislativo, julgue os itens abaixo.

- ① Ao lado da função legislativa propriamente dita, isto é, de produção de normas gerais, o Poder Legislativo tem também funções fiscalizadoras e de controle.
- ② No Brasil, o Poder Legislativo da União é bicameralista. Nos estados-membros, no Distrito Federal e nos municípios, diferentemente, é unicameralista.
- ③ O Congresso Nacional, eventualmente, possui atribuições de julgamento, agindo à semelhança do Poder Judiciário.
- ④ O Poder Legislativo detém certas atribuições meramente deliberativas, nas quais decide acerca de certos atos, mas sem produzir normas jurídicas.
- ⑤ Estritamente com base na Constituição, o Congresso Nacional pode convocar qualquer pessoa para prestar informações acerca de assunto previamente determinado.

Ainda com relação ao Poder Legislativo, julgue os itens que se seguem.

- ① A finalidade constitucional, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, é exclusivamente a representação do povo brasileiro.
- ② Os territórios federais são considerados autarquias territoriais da União. Por essa razão, não têm autonomia política e, em consequência, não elegem representantes à Câmara dos Deputados nem ao Senado Federal.
- ③ Apesar de a Constituição assegurar a participação popular no processo legislativo, inclusive na fase de iniciativa, não é qualquer cidadão que pode dar início a ele.
- ④ As leis complementares diferem das ordinárias porque, quanto à matéria, a Constituição estabelece quando é o caso de uma e quando é o de outra. Ademais, o quórum de aprovação é diverso para cada uma dessas espécies.
- ⑤ Com base em delegação de competência do Congresso Nacional, o Presidente da República pode editar leis acerca de certas matérias.

QUESTÃO 17

Com relação ao Poder Executivo na Constituição vigente, julgue os itens a seguir.

- ① O mandato do Presidente da República é de quatro anos.
- ② Ocorrendo impedimento do Presidente da República, este será substituído pelo Vice-Presidente. Se o impedimento for de ambos, serão convocados, sucessivamente, ao exercício da Presidência, os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do STF.
- ③ Tanto no presidencialismo quanto no parlamentarismo, em se tratando de uma república, coincidem as pessoas do chefe de Estado e do chefe de governo.
- ④ O Presidente da República, no Brasil, não tem funções próprias apenas do Poder Executivo.
- ⑤ Compete ao Presidente da República sancionar e fazer publicar as leis. Apesar disso, existem certos atos legislativos do Congresso Nacional que prescindem de sanção presidencial.

QUESTÃO 18

Compete ao Departamento de Polícia Federal (DPF)

- ① apurar infrações penais praticadas em detrimento de interesse da União.
- ② apurar infrações penais praticadas em detrimento de interesse de quaisquer autarquias.
- ③ apurar infrações penais praticadas em detrimento de interesse de empresas públicas federais.
- ④ exercer as funções de polícia marítima.
- ⑤ exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária de todas as unidades da Federação.

QUESTÃO 19

Segundo as normas constitucionais concernentes à segurança pública, julgue os seguintes itens.

- ① A Constituição permite a existência de guardas municipais que, no entanto, não têm função de polícia judiciária.
- ② Tanto as polícias militares quanto os corpos de bombeiros militares constituem forças auxiliares e reserva do Exército.
- ③ São independentes as carreiras da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Ferroviária Federal.
- ④ A Polícia Rodoviária Federal é órgão permanente destinado, pela Constituição, ao patrulhamento ostensivo de todas as rodovias brasileiras.
- ⑤ As infrações penais militares não devem ser apuradas pelas polícias civis.

Tendo em mente os princípios e as regras da Constituição aplicáveis à ordem social, julgue os itens seguintes.

- ① A chamada seguridade social compreende um conjunto de ações voltadas a três grandes áreas de atuação: a saúde, a previdência e a assistência social.
- ② O financiamento da seguridade social compete apenas aos usuários de seus serviços.
- ③ A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o poder público, em princípio.
- ④ As contribuições sociais previstas na Constituição sujeitam-se ao princípio da anterioridade previsto para os tributos em geral, de modo que, por conseguinte, só podem ser cobradas no exercício seguinte àquele em que forem instituídas.
- ⑤ A Constituição proíbe a destinação de recursos públicos, na área da saúde, às instituições privadas.

QUESTÃO 21

Ainda considerando as disposições constitucionais pertinentes à ordem social, julgue os itens abaixo.

- ① A Constituição consagra o princípio da liberdade de cátedra.
- ② As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica podem admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
- ③ O ensino religioso constitui disciplina obrigatória nas escolas públicas de ensino fundamental.
- ④ Não é proibida a destinação de recursos públicos a instituições privadas, na área da educação, desde que atendidos os requisitos.
- ⑤ As condutas e atividades lesivas ao ambiente poderão ensejar, cumulativamente, responsabilização penal e administrativa dos que lhes derem causa, além da obrigação de reparar o dano.

NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO PENAL

QUESTÃO 22

Em janeiro de 1997, foram cometidos inúmeros crimes hediondos que revoltaram a sociedade brasileira, levando o Congresso Nacional a aprovar uma nova lei que cria novos tipos delitivos, majorando penas e recrudescendo o tratamento penal aos autores de tais condutas. A lei nova foi publicada no Diário Oficial da União em 10 de fevereiro de 1997. Com base nesses dados, julgue os itens a seguir.

- ① Os autores dos crimes de que cuida a lei nova praticados antes de 10 de fevereiro de 1997 serão punidos de acordo com as novas penas fixadas, desde que o processo criminal já tenha sido instaurado.
- ② Os condenados pelos crimes de que cuida a lei nova que estejam cumprindo pena em estabelecimentos prisionais poderão sofrer agravamento de suas penas, desde que se promova uma nova ação condenatória perante o juízo competente.
- ③ Não poderá a lei nova estabelecer qualquer hipótese de prisão perpétua.
- ④ Não poderá a lei nova prever sanção penal consistente em receber, antes do início do recolhimento à prisão, uma série de castigos físicos.
- ⑤ Eventuais benefícios decorrentes da nova lei somente atingirão os que ainda não estiverem definitivamente condenados na data da publicação da lei.

QUESTÃO 23

O art. 316 do Código Penal Brasileiro tipifica certo crime assim: "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida." Com base nessa definição legal, julgue os seguintes itens.

- ① O crime descrito é o de concussão.
- ② O sujeito passivo do crime descrito é o Estado e, secundariamente, a vítima que sofre a exigência descrita no tipo.
- ③ A expressão "para si ou para outrem" indica o elemento normativo do tipo.
- ④ O sujeito ativo pode ser pessoa já aprovada em concurso público, mas que ainda não foi empossada no cargo público.
- ⑤ O crime descrito admite forma culposa.

Exclui a ilicitude da conduta o(a)

- | | | |
|--------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| ① estado de necessidade. | ③ erro de tipo. | ⑤ coação moral irresistível. |
| ② erro de proibição. | ④ exercício regular de direito. | |

QUESTÃO 25

Amásio, de 20 anos de idade, e Pivete, de 17 anos de idade, decidiram furtar um veículo, com o propósito de vendê-lo para um receptor, repartindo o lucro. No dia do crime, dirigiram-se ao local em que o automóvel estava estacionado e, enquanto Pivete vigiava, à distância, a possível aproximação de terceiros, Amásio abriu a porta do automóvel e efetuou ligação direta, saindo ambos do local. Dirigiram-se, no dia seguinte, ao comerciante Sofrido, que veio a adquirir o bem furtado. Com base nessa situação, julgue os itens seguintes.

- ① O crime de furto não será qualificado pelo concurso de agentes, uma vez que o adolescente Pivete, sendo imputável, não entra no cômputo legal para o fim de qualificar a conduta praticada por Amásio.
- ② A venda do automóvel ao receptor Sofrido é mero ato de exaurimento do crime de furto.
- ③ Se Amásio for primário, responderá por furto privilegiado, com possível redução de um a dois terços da pena.
- ④ Amásio não será punido pelo crime de furto, se provar que o automóvel subtraído pertencia ao seu pai.
- ⑤ O crime de furto consumou-se no momento em que Amásio e Pivete receberam o dinheiro pela venda do automóvel.

QUESTÃO 26

Constitui crime de abuso de autoridade

- ① não informar o indiciado, quando este está sendo interrogado, de seu direito a permanecer calado.
- ② penetrar em casa alheia sem ordem judicial ou sem autorização do morador.
- ③ impedir o advogado de ter acesso aos autos do inquérito policial instaurado contra seu cliente.
- ④ deixar de comunicar imediatamente aos parentes do preso a ocorrência de sua prisão.
- ⑤ restringir o horário de visita ao preso a uma vez por semana.

QUESTÃO 27

Mala, conhecido traficante, forneceu gratuitamente a Avoado, para consumo próprio deste, um papelote de cocaína que adquirira antes, ciente de que Avoado era viciado e tinha 20 anos de idade. Alguns minutos após a cessão da droga, Mala e Avoado foram presos em flagrante por policiais que os acompanhavam à distância. Em razão desse fato,

- ① Mala responderá pelo crime de tráfico ilícito de substância entorpecente (Lei n.º 6.368/76).
- ② a idade de Avoado não terá relevância na dosimetria da pena de Mala.
- ③ Avoado responderá pelo mesmo crime de Mala.
- ④ Avoado ficará isento de pena, se comprovar sua total dependência em relação ao entorpecente.
- ⑤ Mala terá sua pena aumentada, se o fornecimento da droga houver ocorrido nas imediações da escola onde Avoado estuda.

QUESTÃO 28

É considerado crime hediondo

- | | |
|---|-------------------|
| ① o homicídio qualificado. | ④ o latrocínio. |
| ② o cárcere privado. | ⑤ o infanticídio. |
| ③ provocar epidemia que tenha a morte como resultado. | |

O crime de apropriação indébita é assim definido no art. 168 do Código Penal Brasileiro: "Apropriar-se de coisa alheia móvel, que tem a posse ou a detenção". Com base nessa definição legal, julgue os itens abaixo.

- ① Não comete apropriação indébita quem possuía ou detinha o bem móvel em razão da prática de ato anterior ilícito, como, por exemplo, furto.
- ② Comete apropriação indébita o corretor que, legalmente autorizado a alugar o apartamento de seu cliente, vai além do mandato e transfere o domínio do bem a outrem.
- ③ O crime de apropriação indébita somente é punido a título de dolo.
- ④ Incide em erro de tipo o agente que aliena um bem móvel de que tinha a posse, imaginando que, na realidade, o objeto lhe pertencia.
- ⑤ O dolo inerente ao crime de apropriação indébita não pode ser anterior à posse ou detenção do bem.

NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 30

O inquérito policial

- ① é procedimento contraditório.
- ② pode ser arquivado pelo próprio delegado de polícia.
- ③ somente pode ser instaurado por requerimento da vítima ou de seu representante legal, se o crime a investigar for de ação penal privada.
- ④ acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- ⑤ não pode ter seu prazo de conclusão prorrogado.

QUESTÃO 31

O *habeas corpus* é instrumento de natureza constitucional que pode servir, excepcionalmente, para impedir o prosseguimento de inquérito policial quando

- ① as provas nele reunidas forem frágeis para ensejar a futura condenação do suspeito ou investigado.
- ② já estiver extinta a punibilidade.
- ③ houver dúvidas quanto ao dolo que moveu a conduta do indiciado na prática do crime que lhe é imputado.
- ④ a conduta investigada for atípica.
- ⑤ o crime objeto da investigação permitir o perdão judicial.

QUESTÃO 32

Na ação penal pública,

- ① o Ministério Público tem o dever de denunciar o indiciado, mesmo se não for comprovada a materialidade do crime.
- ② uma vez iniciada, não pode o seu titular dela desistir.
- ③ a primeira peça processual pode ser tanto a denúncia quanto a portaria.
- ④ vigoram os mesmos princípios que informam a ação penal privada.
- ⑤ não sendo oferecida a denúncia pelo Ministério Público no prazo legal, admite-se a ação penal privada subsidiária.

QUESTÃO 33

A respeito de competência no processo penal, julgue os itens a seguir.

- ① A competência será determinada, de regra, pelo lugar do domicílio do réu.
- ② Tratando-se de crime permanente ou continuado, praticado em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- ③ Não há distinção entre competência de foro e competência de juízo.
- ④ Pode o ofendido, em crime de ação penal privada, oferecer a queixa no foro do domicílio ou residência do réu, ou no lugar da infração, de acordo com a sua conveniência.
- ⑤ Ocorrendo um crime de competência da Justiça Militar e outro de competência da Justiça Comum, será competente a Justiça Militar para o julgamento dos dois crimes.

Relativamente às perícias em geral, julgue os itens seguintes.

- ① A confissão do réu pode suprir a ausência do laudo pericial.
- ② O laudo pericial pode ser elaborado por um único perito, desde que oficial.
- ③ Sendo os peritos profissionais especializados, não pode o juiz recusar as conclusões da perícia.
- ④ A falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.
- ⑤ A autópsia pode ser feita tão logo seja constatado o óbito.

QUESTÃO 35

A prisão em flagrante

- ① pode ser efetuada após transcorridas vinte e quatro horas do crime, desde que haja perseguição imediata e ininterrupta ao criminoso.
- ② é uma espécie de prisão cautelar.
- ③ deve ser comunicada tanto ao juiz competente quanto à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- ④ pode ensejar o uso de *habeas corpus* para soltar o paciente, se ficar evidenciada a ilegalidade do ato.
- ⑤ não é válida se, desconhecida a autoria de um crime, o seu autor apresenta-se espontaneamente à autoridade policial.

QUESTÃO 36

Valentim foi denunciado pelo Ministério Público por haver agredido violentamente sua esposa Amélia, que, em razão do fato, ficou em perigo de vida. No curso do processo, surgem fundadas notícias de que Valentim está ameaçando de morte a sua esposa, caso ela deponha contra ele. Com base nessa narrativa, julgue os itens abaixo.

- ① O Ministério Público poderá requerer tanto a prisão preventiva quanto a prisão temporária de Valentim.
- ② Poderá ser decretada prisão preventiva de ofício pelo juiz.
- ③ Não poderá ser decretada a prisão cautelar de Valentim, pois o ato violará o princípio da inocência, reconhecido pela Constituição Federal de 1988.
- ④ Não poderá ser decretada a prisão preventiva, haja vista que a custódia cautelar de Valentim pode ser substituída por concessão de proteção policial a Amélia.
- ⑤ Se for decretada e efetivada a prisão provisória de Valentim, ela somente poderá ser revogada após a prolação da sentença de mérito.

QUESTÃO 37

Acerca da prisão temporária, julgue os seguintes itens.

- ① Pode durar até seis meses, tratando-se de crime hediondo.
- ② Pode ser decretada até o início da instrução criminal.
- ③ Pode ser decretada de ofício pelo juiz.
- ④ Em casos excepcionais e urgentes, pode ser decretada pelo delegado de polícia, desde que este, no prazo máximo de vinte e quatro horas, requeira a sua convalidação judicial.
- ⑤ Na hipótese de representação da autoridade policial, o juiz, antes de decidir, deverá ouvir o Ministério Público.

NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Considerando as noções de Estado, governo e administração pública, julgue os itens a seguir.

- ① Sabendo que Montesquieu, com seu célebre *O espírito das leis*, de 1747, sistematizou e lançou as bases para a teorização do princípio da separação (ou divisão) dos poderes, ainda hoje de grande prestígio na ciência política e no direito público, é correto afirmar que esse princípio é estritamente adotado na administração pública brasileira, que estabelece uma rígida separação de funções entre os três poderes.
- ② A organização da administração pública brasileira, entendida como a estruturação das entidades e dos órgãos que perseguem a realização do interesse público, é básica e principalmente realizada por meio de decretos, que são o instrumento do chefe do Poder Executivo para a disciplina das relações administrativas.
- ③ Em um sentido formal, a expressão **administração pública** pode ser entendida como o conjunto dos órgãos e entidades voltados à realização dos objetivos governamentais; de um ponto de vista material, pode ser compreendida como o conjunto das funções que constituem os serviços públicos.
- ④ Na organização da administração pública brasileira, as fundações públicas são tidas como entes de natureza autárquica.
- ⑤ Os fins da administração pública são aqueles definidos pelo administrador.

QUESTÃO 39

Dispõe o *caput* do art. 37, da Constituição da República:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:
(...)

Com relação aos princípios da administração pública, julgue os itens seguintes.

- ① São princípios aplicáveis à administração pública apenas aqueles expressamente consignados na Constituição e nas leis do país.
- ② Por força do princípio da legalidade, todos os atos administrativos têm de estar inteiramente descritos, quanto à forma e quanto ao conteúdo, em lei (entendida esta em sentido estrito, isto é, como lei ordinária).
- ③ A afronta ao princípio da moralidade pode ser causa para a anulação de ato administrativo.
- ④ A publicação do ato administrativo inválido nem sempre tem o efeito de convalidá-lo.
- ⑤ A despeito do *status* constitucional do princípio da impessoalidade, que sempre impõe ao administrador a busca do interesse público, o ato administrativo pode, eventualmente, atender ao interesse particular.

QUESTÃO 40

Acerca dos poderes da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- ① Não existe ato, mesmo praticado no exercício de poder discricionário, que seja totalmente deixado à discricionariedade do administrador.
- ② Nos atos praticados em razão do poder vinculado, a atuação subjetiva do administrador fica restrita ao ato de julgar se a situação de fato está ou não amoldada aos contornos legais.
- ③ Poder hierárquico e poder disciplinar são sinônimos.
- ④ Mesmo em decorrência e no exercício do poder hierárquico, o superior não pode delegar quaisquer atribuições a seus inferiores.
- ⑤ Por terem os mesmos fundamentos e as mesmas finalidades, não são cumuláveis as sanções decorrentes do poder punitivo (de natureza penal, regido pelas leis criminais) e do poder disciplinar do Estado.

Ainda em relação aos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

- ① Uma vez constatado o cometimento de infração administrativa punível, o superior não pode, em princípio, deixar de aplicar a sanção correspondente, salvo se houver motivo juridicamente relevante para tanto.
- ② No Brasil, não são irremediavelmente aceitos os chamados decretos autônomos.
- ③ Se o Presidente da República exorbitar no exercício do poder regulamentar, o Congresso Nacional poderá sustar os atos que caracterizarem o excesso de poder.
- ④ Poder de polícia não é o que exerce, por exemplo, o DPF, na investigação de infrações penais de competência da Justiça Federal.
- ⑤ Um dos atributos essenciais de certos atos administrativos e, em particular, dos praticados no exercício do poder de polícia é a executoriedade (ou auto-executoriedade), que significa poder a administração pública executar seus atos diretamente, sem a necessidade de obter autorização judicial – ainda que o ato possa vir a acarretar, por exemplo, a destruição de patrimônio particular.

QUESTÃO 42

Em relação ao controle da administração pública, julgue os seguintes itens.

- ① As ações judiciais utilizáveis para o controle judicial da administração podem ser utilizadas pelo particular tanto no caso de lesão como no de simples ameaça de lesão a direito seu.
- ② A ação de mandado de segurança apresenta, entre outras, a particularidade de exigir que se destine à tutela de direito líquido e certo, que se considera, em geral, como aquele provado desde a propositura da ação, por meio de prova documental pré-constituída, isto é, anexada à petição inicial da ação.
- ③ A ação civil pública é um relevante instrumento de controle judicial da administração.
- ④ Qualquer cidadão pode, em princípio, promover, pessoalmente, o controle da administração pública.
- ⑤ O controle da administração pública federal pelo Poder Legislativo é exercido apenas por meio das comissões especializadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

QUESTÃO 43

Das disposições do RJU, julgue os itens que se seguem.

- ① Pelo menos um dos procedimentos administrativos previstos em lei – a sindicância e o processo administrativo – tem de tramitar e concluir-se regularmente para que, de modo legal, possa ser aplicada sanção administrativa a servidor público.
- ② Verificando-se que o servidor público acumula dois cargos, empregos ou funções ilegalmente, haverá duas soluções possíveis: se for provada a boa-fé, o servidor deverá optar por um deles; se provada má-fé, o servidor perderá ambos os cargos, empregos ou funções e restituirá o que houver percebido indevidamente.
- ③ Se o servidor praticar ato punível com demissão e, em seguida, aposentar-se para escapar à sanção, sua manobra será inútil, porquanto é possível a cassação da aposentadoria em hipóteses como essa.
- ④ Considere a seguinte situação: um servidor público foi demitido em razão de procedimento administrativo que concluiu ter ele praticado ato de improbidade administrativa. Meses depois de efetivada a sanção, o servidor obteve prova de que o ato não fora praticado por ele, mas por um colega, prova essa que não foi examinada no processo disciplinar. Nessa situação, mesmo já se tendo concluído o processo, o servidor poderá requerer a revisão dele, apresentando a prova não-apreciada.
- ⑤ Se um processo disciplinar concluir pela existência de indícios do cometimento de crime ou de ato de improbidade administrativa por parte do servidor, os autos deverão necessariamente ser enviados ao Ministério Público.

Com relação ao regime específico dos servidores policiais civis da União, consoante as Leis n.º 4.878, de 3 de dezembro de 1965, e 9.266, de 15 de março de 1996, julgue os itens seguintes.

- ① As gratificações correspondentes aos cargos da carreira policial federal – gratificação de atividade policial federal, gratificação de compensação orgânica e gratificação de atividade de risco – são calculadas sobre o vencimento básico do cargo do servidor, podendo ser acumuladas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, por idêntico fundamento.
- ② A carreira policial federal não é legalmente considerada como típica do Estado, a despeito de sua atividade de polícia judiciária, indispensável à atuação do poder punitivo estatal.
- ③ O servidor policial não pode, em hipótese alguma, afastar-se de sua repartição para ter exercício em outra ou para prestar serviços ao Poder Legislativo ou a qualquer estado da Federação.
- ④ O período de estágio probatório dos servidores policiais, regido pela legislação específica, difere do dos demais servidores públicos, pois dura trinta e seis meses.
- ⑤ O servidor policial pode, em caso de emergente necessidade da segurança nacional ou manutenção da ordem, ser compelido a interromper o gozo de férias.

QUESTÃO 45

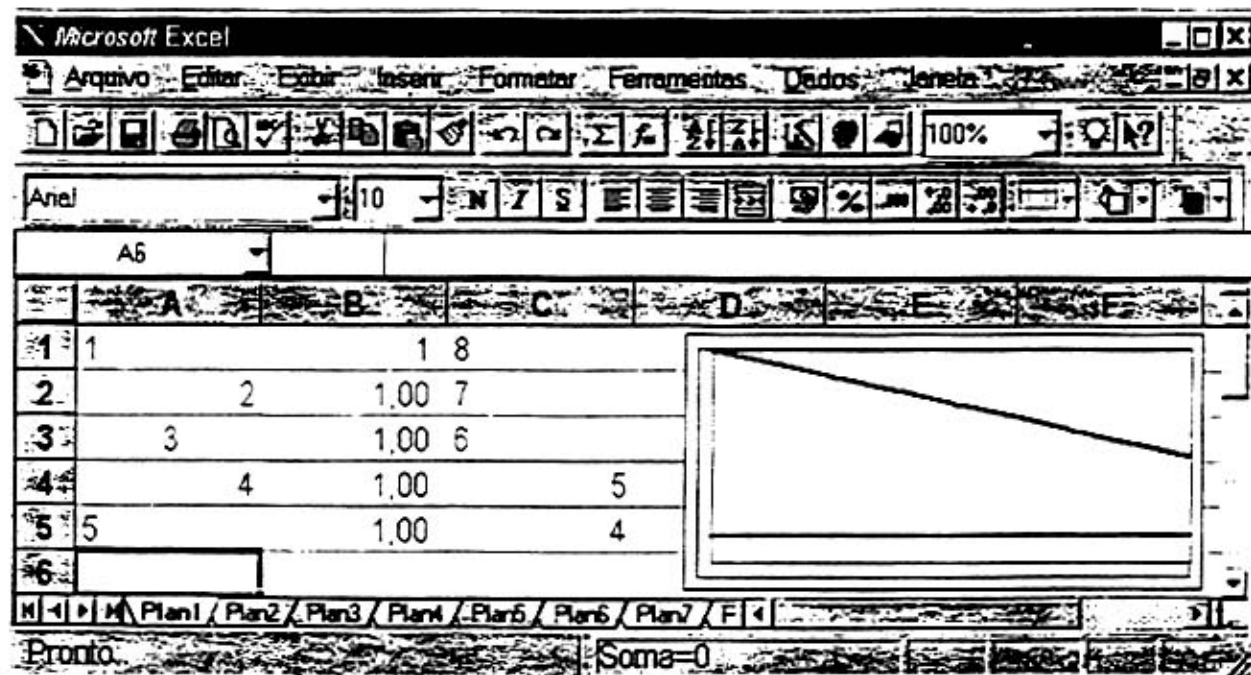
Acerca dos atos de improbidade administrativa, segundo a disciplina da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), julgue os itens abaixo.

- ① Considere a seguinte situação: Marcos é gerente de uma empresa privada, fornecedora de peças para equipamentos de informática, e amigo íntimo de Adriano, servidor do DPF, com exercício na área de licitações. Adriano e Marcos combinam que o primeiro forjará um processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de forma a fazer com que a empresa do segundo consiga um contrato com o DPF, o que acaba efetivamente ocorrendo. Na situação apresentada, quando for descoberto o ato de improbidade, Marcos, embora não seja agente público, poderá ser atingido por sanções da Lei n.º 8.429/92.
- ② Considere a seguinte situação: Andréia é servidora do DPF, lotada na área de recursos humanos, na qual tramitam procedimentos administrativos disciplinares. Fabiana é também servidora do Departamento e responde a um processo disciplinar. Um dia, Fabiana dirige-se ao setor onde trabalha Andréia e solicita-lhe, na forma adequada, certidão de inteiro teor do processo que lhe concerne. Embora seja responsabilidade de Andréia o fornecimento da certidão e apesar de Fabiana fazer-lhe jus, Andréia recusa-se a dar a certidão, alegando sigilo. Na situação apresentada, pela ofensa ao princípio da publicidade, Andréia poderá ser processada por improbidade administrativa.
- ③ O rol de atos de improbidade decorrentes de enriquecimento ilícito dos agentes públicos, contido na lei, é taxativo, ou seja, apenas os casos de enriquecimento ilícito ali expressa e detalhadamente indicados são passíveis de sanção.
- ④ Considere a seguinte situação: Sandra é servidora do DPF há três anos e amiga fraterna de Luis, rico empresário e dono de grandes plantações de soja e feijão. A amizade existe desde que ambos estudaram juntos, quando crianças, no interior do Rio Grande do Norte. Luis nunca teve nenhum interesse envolvendo o DPF. No aniversário de Sandra, Luis deu-lhe de presente um valioso relógio de ouro, em homenagem à velha amizade que os une. Na situação apresentada, como se trata de presente conferido a servidor público, a aceitação do relógio por parte de Sandra pode configurar ato de improbidade.
- ⑤ Considere a seguinte situação: Cláudio é agente de Polícia Federal e, em uma perseguição automobilística, nada obstante toda a cautela que dedicou à condução da viatura policial, chocou-se com um veículo que transitava a seu lado. Instaurou-se procedimento administrativo para apurar o assunto e chegou-se à conclusão de que Cláudio, realmente, não agiu com culpa nem dolo. Na situação apresentada, todavia, como o ato de Cláudio causou lesão ao erário, ele poderá ser processado por improbidade administrativa.




NOÇÕES BÁSICAS DE MICROINFORMÁTICA

QUESTÃO 1

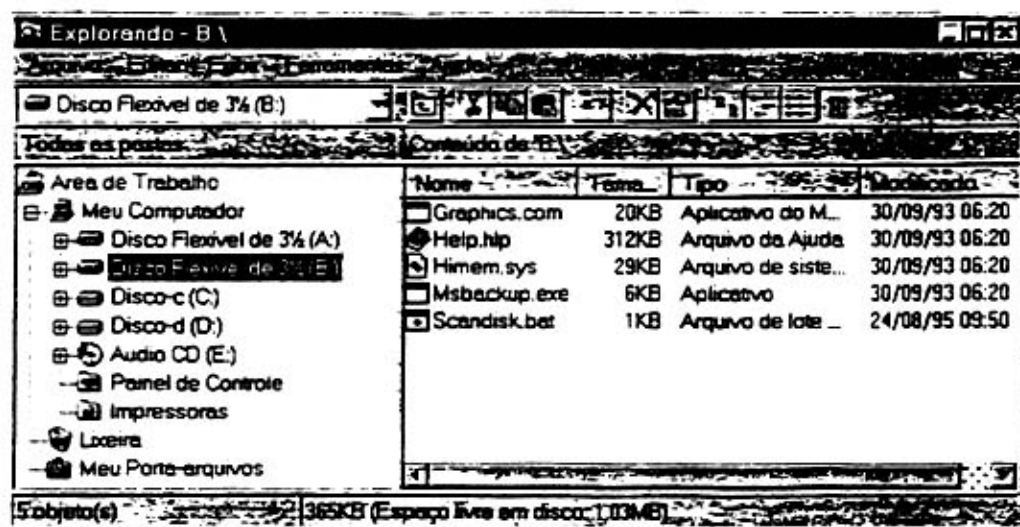
A figura abaixo apresenta uma tela padrão do programa Excel que mostra uma planilha na qual foi editada uma tabela formada por três colunas e cinco linhas.



Com o auxílio da figura, julgue os itens a seguir.

- ① É possível centralizar os números nas células da tabela usando-se um dos seguintes procedimentos: posicionar o ponteiro do mouse sobre o cabeçalho da coluna A e arrastá-lo até a coluna C, com o botão esquerdo do mouse pressionado, clicando, depois, o botão  da Barra de Ferramentas; ou posicionar o ponteiro do mouse sobre o cabeçalho da linha 1 e arrastá-lo até a linha 5, com o botão esquerdo do mouse pressionado, clicando, depois, o botão  da Barra de Ferramentas.
- ② Para adicionar bordas ao redor das margens de células selecionadas, deve-se usar o comando Bordas do menu Inserir.
- ③ Para criar o gráfico mostrado na figura, deve-se executar a seguinte sequência de comandos: pressionar o botão  da Barra de Ferramentas, escolher o tipo de gráfico, selecionar as linhas ou colunas que contêm os dados e definir a localização e o tamanho do gráfico na planilha; finalmente, pressionar o botão Finalizar do Auxiliar Gráfico.
- ④ Se na célula C6 for escrita a fórmula =SOMA(A1:B5), o resultado terá valor numérico igual a 20.
- ⑤ O conteúdo da célula C5 pode ter sido obtido pela subtração entre os conteúdos das células A5 e B5.

A figura seguinte mostra uma janela padrão do programa Windows Explorer.



C n o auxílio da figura, julgue os itens que se seguem.

- ① No Windows Explorer, ao clicar o botão direito do mouse com o seu ponteiro sobre o ícone do disco, será mostrado um menu contendo o comando Propriedades, que permite examinar quanto espaço está sendo usado no disco e qual é o espaço livre.
- ② Conforme mostra a figura, o disco da unidade B está sendo formatado.
- ③ No Windows 95, o espaço reservado para a Lixeira não pode ter mais de 50% da capacidade da unidade de disco rígido.
- ④ Conforme mostra a figura, o computador no qual o Windows Explorer foi executado possui necessariamente mais de uma unidade de impressora.
- ⑤ Segundo a figura, o disco flexível da unidade B foi formatado como disco de sistema do Windows 95.

QUESTÃO 48

Com relação ao Pannel de Controle do Windows 95, na sua configuração padrão, julgue os itens seguintes.

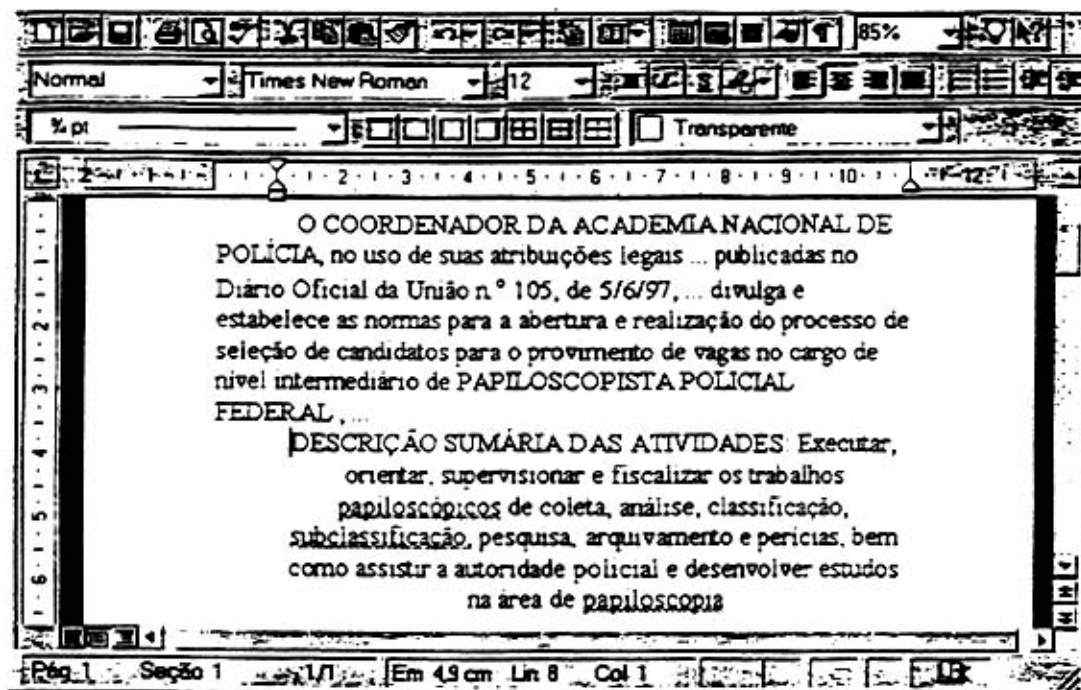
- ① A caixa de diálogo Propriedades de Configurações Regionais permite alterar o modo como os programas exibem e classificam datas, horas, moedas e números.
- ② A Taxa de repetição e o Intervalo de repetição são duas opções da guia Velocidade da caixa de diálogo Propriedades Teclado.
- ③ O item Opções de Acessibilidade permite associar um som a um evento do Windows 95.
- ④ O item Sistema permite adicionar um protocolo de comunicação de rede.
- ⑤ O item Vídeo permite alterar a paleta de cores selecionada.

QUESTÃO 49




Cada menu da Barra de Menus do Word permite acessar uma série de comandos do programa. Com relação aos menus e comandos do Word, julgue os itens abaixo.

- ① O menu Exibir possui o comando Nova Janela, que abre uma nova janela com o mesmo conteúdo da janela ativa.
- ② O menu Formatar possui o comando Marcadores e Numeração, que adiciona marcadores ou números a parágrafos.
- ③ O menu Inserir possui o comando Símbolo, que insere símbolos e caracteres especiais de fontes disponíveis no computador.
- ④ O menu Arquivo possui o comando Dicionário de Sinônimos, que permite substituir uma palavra no documento por um sinônimo ou uma palavra relacionada.
- ⑤ O menu Editar possui o comando Colar, que permite inserir uma cópia do conteúdo da Área de Transferência no ponto de inserção, substituindo qualquer seleção.

A figura a seguir apresenta um trecho da janela do programa Word em sua configuração padrão.



Julgue os itens que se seguem, relativos à janela apresentada.

- ① No ponto em que se encontra o cursor, a fonte é Times New Roman, tamanho 12.
- ② Ao pressionar o botão , todos os parágrafos do documento serão automaticamente justificados nos recuos à esquerda e à direita.
- ③ Para destacar as palavras "papiloscópicos", "subclassificação" e "papiloscopia", foi utilizado o efeito Sublinhado Especial do comando Fonte do menu Formatar.
- ④ O botão  permite ativar o comando Visualizar Impressão do menu Arquivo, que mostra como ficará o documento depois de impresso.
- ⑤ O botão  permite ativar o comando Figura do menu Inserir, que insere um gráfico criado em outro aplicativo no ponto onde estiver o cursor da janela de edição.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPf
 ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO - DRS
 PROCESSO SELETIVO / EDITAL N.º 62/97 - DRS/ANP-DPf
PAPILSCOPISTA POLICIAL FEDERAL

O CIESPE - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos, da Universidade de Brasília, em obediência às instruções constantes nos cadernos de provas, divulga o gabarito final das provas objetivas aplicadas no dia 15 de novembro de 1997.

GABARITO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS

LÍNGUA PORTUGUESA									NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL												NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO PENAL							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
I	1	C	C	E	C	E	E	C	E	C	E	E	E	C	E	C	C	C	C	C	E	C	C	E	E	C	C	C
T	2	E	E	C	C	C	C	C	C	C	E	E	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C	C	E	E	E
E	3	E	E	E	C	E	E	E	C	C	E	E	E	*	C	E	C	C	C	E	C	E	E	E	C	E	C	C
N	4	E	C	C	C	C	C	E	E	E	C	E	C	C	C	C	C	E	E	C	C	C	C	E	C	C	C	C
S	5	E	E	C	C	E	E	E	E	E	C	C	C	E	C	C	F	C	E	C	E	E	E	E	E	C	E	C

NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL										NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO										NOÇÕES BÁSICAS DE MICROINFORMÁTICA				
30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50				
I	1	E	E	E	E	C	E	E	E	C	C	C	C	E	C	C	C	C	E	C				
T	2	E	C	C	C	C	E	E	E	C	C	C	C	E	C	E	E	C	C	E				
E	3	C	E	E	E	C	E	C	C	E	C	C	C	E	E	E	E	E	C	E				
N	4	C	C	E	C	C	E	C	C	C	C	C	C	E	E	C	E	E	E	C				
S	5	E	E	C	E	E	C	E	C	E	C	E	C	C	E	C	E	C	C	E				

Obs.: Alterações no Gabarito Oficial
 Questão 14 - item 2: alterado de C para E.
 Questão 15 - item 3: anulado.